ARTIGOS

A CONSTRUÇÃO DE GRANDES REPRESAS E OS IMPACTOS ECOLÓGICOS E SOCIAIS PROVOCADOS

Manuel Correia de Andrade*

INTRODUÇÃO

Convidado para proferir uma palestra no Seminário sobre IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS ENERGÉTICOS NO ESTADO DA BAHIA, achamos que para falar sobre este tema teríamos que partir de um plano mais amplo, analisando a política governamental para o vale do São Francisco que, naturalmente, proporcionou as condições necessárias à construção dos grandes complexos energéticos, estendendo esta análise às consequências da construção dos mesmos sobre áreas dos Estados vizinhos à Bahia, de vez que territórios de vários Estados se integram na política desenvolvida em função da construção destes complexos.

Na realidade, as estruturas implantadas, com a aplicação de elevados capitais e de grandes tecnologia, envolvem uma gama de problemas e de necessidades que extravasam das fronteiras de um Estado para Estados vizinhos.

TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Geralmente os grandes projetos de utilização de recursos naturais, em um país subdesenvolvido e que fez uma opção capitalista, acarretam a quebra de padrões tradicionais de costumes, de uso de recursos e de cultura, provocando efeitos que, conforme o planejamento, quase sempre são danosos do ponto de vista social e ecológico, embora proporcionem crescimento econômico. Um crescimento econômico que se faz apenas em benefício de grupos minoritários que habitam e produzem em áreas e locais

bastante distantes das áreas em que se procede a intervenção. Daí a grande distância entre os termos do discurso em que se anuncia a ação e a forma, o modo como a ação se procede e os resultados da mesma. Daí o discurso e os projetos decantarem as vantagens da realização projetada, sem consultar as populações que vão ser atingidas por esta ação, o que elas pensam da mesma, o que desajariam que ocorresse e como ocorresse, que benefícios esperavam e quais os problemas que temiam viessem atingi-los. O "desenvolvimento" provocado a quem irá beneficiar e para quem seria provocado? É fácil compreender que dominando os aparelhos estatais e os meios de comunicação, os grupos ou classes dominantes procurem aplicar aos projetos governamentais e para-governamentais a lógica do capitalismo, que consiste em maximizar e concentrar os lucros, em dinamizar ao máximo a acumulação de capital, mesmo com sacrifício da natureza e do homem. Nos países capitalistas desenvolvidos, onde o nível de educação e cultura é maior e onde os grupos menos favorecidos se organizam em sindicatos, em cooperativas, em associações, em igrejas e de outras formas, e têm acesso à grande imprensa, forma-se uma opinião pública que tem poder de pressão e coibe ou pode coibir os excessos do grupo dominante que pretende apropriar-se dos resultados dos grandes investimentos públicos. Nos países subdesenvolvidos porém, onde há um grande contingente de analfabetos, onde a organização popular é deficiente e onde a violência do forte contra o fraco, do rico contra o pobre, do poderoso contra o fraco é generalizada, essa violência se perpetua e os pobres são espoliados sem que possam oferecer qualquer resistência, passando da categoria de simplesmente pobres para a de miseráveis.

*Prof. do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco.

Neste caso as grandes obras são implantadas sem levar em consideração os interesses do grosso da população, que é muitas vezes reprimida ao oferecer resistência aos atos que a prejudicam. Faz-se então uma apologia do progresso, da alta tecnologia que está sendo empregada nas obras de engenharia, na necessidade de importação de máquinas e de acessórios estrangeiros, de técnicos altamente especializados, da alta rentabilidade do empreendimento e se afirma, com o maior desprezo pela pessoa humana, que o progresso exige sacrifícios, que os bons patriotas devem sacrificar-se pelo progresso da nação e que o país está em vias de se transformar numa grande potência.

Para atingir os fins almejados se faz, ao mesmo tempo, uma programação da obra técnica, de engenharia e uma outra dita sócio-econômica, de assistência às populações a serem atingidas com a construção dos empreendimentos. Como o maior interesse é dado à parte técnica, os recursos para a mesma são de grande monta e, caso sejam insuficientes, recebem suplementação em tempo hábil, sendo dada toda a assistência para que os cronogramas de execução sejam realizados nos prazos previstos. Para a parte social, a participação efetiva da população atingida é inteiramente desprezada ou, às vezes, apenas tolerada, as verbas destinadas à sua execução são insuficientes e qualquer resistência por parte da população é respondida com ameaças e violência: os cronogramas são desrespeitados, prejudicando inteiramente a população atingida. Esta duplicidade de conduta típica do sistema capitalista de periferia, subdesenvolvido, que, além de atender aos interesses dos grupos econômicos nacionais, é feita também para atender aos grupos econômicos plurinacionais que fornecem as máquinas, muitas vezes a tecnologia e uma série de outros insumos.

No plano de execução, quando se planeja um projeto integrado que visa atingir os vários setores da vida econômica e social, faz-se um escalonamento daquilo que interessa mais aos grupos econômicos mais fortes, em um determinado momento, relegando-se para um segundo plano o que interessa às forças produtivas, que têm menor poder de pressão.

No caso específico do vale do rio São Francisco, maximizou-se o problema da produção de energia, deixando em segundo plano o da irrigação, o da regulamentação do regime do rio, o da navegação fluvial, o do turismo, o da elevação do nível de renda e de vida das populações ribeirinhas, etc. E, quando se desenvolveu a agricultura irrigada,

pensou-se mais na produção de artigos destinados aos mercados distantes, muitas vezes internacionais, do que no mercado local, regional, acentuando a tendência colonial da economia brasileira, de atender precipuamente à exportação, desvalorizando a produção para o mercado interno.

A AÇÃO DO ESTADO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Sendo o rio São Francisco, com mais de três mil quilômetros de comprimento localizado inteiramente dentro do território nacional, teve desde o período colonial, uma grande importância para a vida brasileira. Além disto, sendo um rio caudaloso que corta uma região de clima semi-árido e tendo um regime muito irregular, fertiliza na sua várzea vastas áreas agrícolas, permitindo o desenvolvimento das chamadas culturas de vasante. Tem desse modo funções que se assemelham às do Nilo. Ele facilitou o povoamento e a ocupação pela pecuária de grandes áreas semi-áridas e permitiu o desenvolvimento das culturas de vasante em suas margens, nas lagoas marginais e nas ilhas; facilitou os transportes e a comunicação e serviu de eixo de ligação entre o Nordeste e o Sudeste do país.

Em face de suas funções e de sua posição geográfica o rio São Francisco foi considerado de grande importância geopolítica e os primeiros colonizadores logo trataram da sua conquista, através de expedições organizadas pelos senhores da Casa da Torre e da Casa da Ponte, evidentemente com apoio oficial. Desenvolvida a região em função da pecuária, com uma agricultura complementar, e da mineração, teve ela grande importância econômica e social no século XVIII e no século XIX, tanto para o governo português como, após 1822, para o governo do Brasil independente.

No período Imperial foram feitas explorações na bacia do São Francisco com o fim de desenvolver, incentivar e apoiar a navegação, visando facilitar a exportação dos produtos agrícolas da região; foram construídas estradas de ferro que contornavam os trechos encaixoiados do rio, havendo até o projeto de construção de uma estrada de ferro que ligasse Petrolina em Pernambuco a Piranhas em Alagoas, do qual se construiu apenas o trecho Jatobá (hoje Petrolândia) a Piranhas, e uma outra que ligava Juazeiro a Salvador, tendo o engenheiro inglês Halfeld, a serviço do governo imperial, realizado um detalhado estudo das condições de navegabilidade do grande rio.

Maior atenção para o desenvolvimento do vale porém foi dada a partir da Constituição Federal de 1946, quando, no art. 29 de suas Disposições Transitórias, estabeleceu que 1% da receita da União seria empregado na recuperação econômica do vale, através de uma programação detalhada e totalizante. Para executar essa política o Congresso Nacional levou três anos, até criar a Comissão do Vale do São Francisco que administraria a aplicação dessa verba. Nos debates que conduziram à criação dessa comissão havia uma nítida divisão de opiniões entre os parlamentares, um grupo se preocupava apenas com o aproveitamento econômico, com a realização de grandes obras públicas, sobretudo no setor energético — lembrando a obra de Delmiro Gouveia — e no da irrigação agrícola e outro grupo que defendia a execução dessas obras, mas defendia também uma política com grandes preocupações de ordem social.

Este entrechoque de idéias e de posições político-ideológicas daria origem a uma Comissão, criada pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, encarregada de um grande leque de atribuições, assim especificadas:

- a) - regularização do regime do rio;
- b) - regularização da navegação e tráfego fluvial;
- c) - política de irrigação e colonização;
- d) - construção de centrais elétricas e linhas de transmissão;
- e) - construção de rodovias de acesso e ligação;
- f) - construção de aeroportos e campos de pouso;
- g) - política de urbanismo e saneamento básico;
- h) - construção de obras de saneamento e drenagem;
- i) - desenvolvimento da educação e do ensino profissional;
- j) - política da saúde e assistência;
- k) - política de fomento à produção¹

Cada um destes onze itens representava um mundo de atividades e de obrigações da Comissão, que teria de gerir com rigor e eficiência os poucos recursos de que dispunha, arregimentando um bom corpo técnico, fazendo pesquisas para o maior conhecimento da realidade local e procurando comprometer a população regional com a problemática que teria de ser modificada. Teria

também que enfrentar os interesses das fortes oligarquias locais que procurariam, naturalmente, encaminhar as providências prioritariamente para os setores que as beneficiassem, enquanto os grupos econômicos e políticos do Nordeste, em especial, e do Brasil em geral, procurariam dar prioridade à solução de problemas que atingiam as suas indústrias. Até empresas transnacionais fizeram reivindicações e propostas; sabe-se que na construção da hidrelétrica de Paulo Afonso houve um grupo estrangeiro, ligado à indústria de alumínio, que se propôs implantar na área uma usina que consumiria quase toda a produção de energia da usina inicial, com grande prejuízo para a população e as indústrias tradicionais do Nordeste, carentes de energia. Felizmente o referido grupo não foi atendido e os interesses nacional e nordestino, se fizeram imperar, tornando-se vitorioso.

Ao mesmo tempo em que se implanta a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), estruturava-se a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com o fim de retomar, em escala ampliada, o trabalho que Delmiro Gouveia levava a efeito, a partir de 1913, para aproveitar a energia de Paulo Afonso. A CHESF foi criada em 1945, ainda no Governo Getúlio Vargas, mas as obras de construção da usina de Paulo Afonso só se iniciaram em 1949, sendo concluída a primeira usina hidrelétrica, com capacidade de 120.000 KW, em 1954. O grande problema técnico de então foi o da barragem do rio São Francisco em seu cañon, realizada sob a direção do engenheiro Marcondes Ferraz. Em seguida foi construída a represa de Três Marias, no alto São Francisco, inaugurada em 1959, e a de Sobradinho, a 470 quilômetros a montante de Paulo Afonso em 1972. Em Paulo Afonso foi construída ainda uma série de usinas e, logo acima da de Moxotó, quando ficou pronta a barragem no rio São Francisco que determinou a inundação de numerosas fazendas e povoados, assim como da tradicional cidade de Santo Antônio da Glória.

Sobradinho, que formaria um lago de cerca de 4.214 km², maior do que a baía da Guanabara, e onde se poderia represar 34 milhões de metros cúbicos de água, cobriria área bem mais extensa, desalojando mais de 70.000 pessoas e inundando quatro cidades — Casa Nova, Remanso, Santo Sê e Pilão Arcado — além de dezenas de povoados e centenas de propriedades. Essa represa visava inicialmente ser apenas um reservatório para garantir o fornecimento da água necessária ao conjunto de usinas situadas a jusante, mantendo durante todo o ano um débito de 2.060 m³ por segundo²

Posteriormente foi decidida a construção de uma usina hidrelétrica, hoje com cinco unidades, com capacidade de produção de 875.000 kw. A construção da represa de Sobradinho previa a utilização de parte de suas águas para a irrigação, tendo sido construída uma tomada de água em sua margem esquerda, que poderá beneficiar uma área de mais de 18.000 ha. do chamado Projeto Masangano; foram construídas também eclusas que iriam permitir a manutenção da navegação fluvial de Juazeiro a Pirapora, e o desenvolvimento da piscicultura nas águas do lago. A primazia dada à produção de energia porém é de tal ordem que a usina elétrica já se encontra em funcionamento desde 1977 e o projeto de irrigação, administrado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), só agora, em 1983, está sendo acionado.

Uma outra represa em Itaparica, que deverá inundar uma grande área dos municípios pernambucanos de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco e dos municípios baianos de Glória, Rodelas, Abaré, Mucururê e Chorrochó, afogando cinco das sedes municipais se encontra em construção, embora ela tenha sido muito questionada pelas lideranças regionais. O deputado Manuel Novais da Bahia, que por mais de quarenta anos tem assento no Congresso Nacional, tentou impedir que esta barragem fosse projetada e construída, face aos prejuízos que a mesma traria à população local, inundando as ilhas e várzeas onde existe uma elevada produção agrícola e onde se localizam as áreas mais férteis e povoadas de nove municípios, cuja população em 1980 somava um total de 131.475 habitantes. Considera-

rava ele que a utilização do São Francisco para desenvolver a produção agrícola irrigada naquela área, era muito mais importante que a produção de energia. Além de lembrar o ônus a ser pago por uma população que pouco se beneficiaria com esta energia³.

O problema da disputa entre o uso da água para produção de energia ou para irrigação já havia sido objeto de grande discussão por ocasião da construção da represa de Sobradinho, quando o governo pernambucano defendia a construção de um canal que, partindo de Sobradinho, ligasse o São Francisco até o rio Moxoto — projeto dos engenheiros agrônomos Eudes de Souza Leão Pinto e Humberto Carneiro — permitindo a perenização dos baixos cursos de uma série de rios sertanejos e o desenvolvimento da agricultura irrigada. Pleiteava o referido governo que a represa fosse construída em outro local, na própria área de Sobradinho, e que tivesse 400 metros e não 397.5 de altura, para permitir o escoamento da água por gravidade⁴.

Para se ter uma idéia da importância econômica das obras construídas pela CHESF, é interessante analisar a produção de energia elétrica por Estado do Nordeste, o consumo de energia, também por Estado, e o consumo de energia por setores econômicos e ou sociais, conforme se poderá observar nas Tabelas que se seguem.

Assim, em dezembro de 1981, a CHESF operava com 68 unidades produtoras de energia, das quais 30 eram termoelétricas e 38 hidrelétricas. Das 38 unidades hidrelétricas, 27 se situam no São Francisco, como se pode ver na Tabela 1.

TABELA 1
CAPACIDADE INSTALADA PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO RIO
SÃO FRANCISCO — CHESF

Usinas em Operação	Nº de unidades	Potência nominal em cada unidade (kw)	Potência total
Paulo Afonso I	3	60.000	180.000
Paulo Afonso IIA	3	75.000	225.000
Paulo Afonso IIB	3	86.000	225.000
Paulo Afonso III	4	216.000	864.000
Paulo Afonso IV	5	410.000	2.050.000
Sobradinho	5	175.000	875.000
Moxotó	4	110.000	440.000
Total	27	1.132.000	4.889.000

FONTE: CHESF - Relatório da Diretoria - 81

TABELA 2

ENERGIA PRODUZIDA PELA CHESF EM 1981 NAS USINAS DO SÃO FRANCISCO

U s i n a	MWh	Participação no total produzido
Paulo Afonso I/II e III	6.629.839	37.20
Paulo Afonso IV	5.075.520	28.48
Moxotó	2.270.450	12.74
Sobradinho	2.848.114	15.98

FONTE: CHESF. Relatório da Diretoria, 1981

Em suas 68 usinas elétricas a CHESF dispunha em 1981, de uma capacidade instalada de 5.595.20 kw, sendo 90% do total de origem hidráulica e apenas 10% de origem térmica. Da capacidade de produção de energia hidráulica, cerca de 98,92% foi originada das usinas localizadas no rio São Francisco. As usinas situadas em outros rios e nos açudes públicos têm capacidade instalada pouco expressiva, totalizando 92.760 kw ou 1,77% do total

Para se ter uma idéia da energia produzida, observe-se na Tabela 2 a importância da contribuição do rio São Francisco.

Como se pode ver, as usinas localizadas no rio São Francisco contribuem com 94,30% da energia produzida pela CHESF em 1981.

De acordo com a Tabela 3, que se segue, observa-se que a indústria é a maior consumidora da energia produzida seguindo-se o consumo residencial e o comercial. O consumo agrícola não tem grande expressão, sendo incluído pela CHESF na categoria outros.

Na análise do consumo de energia no Nordeste, por Estado, observa-se que os dois grandes consumidores são Bahia e Pernambuco.

TABELA 3

ESTRUTURA DO MERCADO REGIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (EM PERCENTAGEM)

Especificação	A n o					
	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Residencial	19	19	19	20	19	20
Industrial	54	55	56	55	56	55
Comercial	12	12	12	12	12	12
Outros	15	14	13	13	13	13

FONTE: CHESF - Relatório da Diretoria, 1981

TABELA 4
ENERGIA VENDIDA - 1981

Estados	Energia Vendida Mwh	Participação %
Pará	81.631	0,5
Maranhão	566.636	4,4
Piauí	478.645	2,9
Ceará	1.765.142	10,6
Rio Grande do Norte	646.474	3,9
Paraíba	762.157	4,6
Pernambuco	3.522.801	21,1
Alagoas	1.463.932	8,8
Sergipe	616.845	3,7
Bahia	6.754.939	40,5
Total	16.659.202	100,0

FONTE: CHESF - Relatório da Diretoria, 1981

A Tabela 4 indica onde a CHESF vendeu a energia produzida em 1981.

A importância da atividade industrial, aliada a uma maior população e maior extensão territorial, fazem com que seja a Bahia o grande consumidor de energia produzida pela CHESF, seguida a grande distância por Pernambuco e pelo Ceará. Os três principais estados nordestinos consomem mais de dois terços da energia vendida por aquela companhia. Estados menos industrializados, como o Piauí, Sergipe e Maranhão são consumidores mais modestos. O Pará, além de não se situar no Nordeste, só recentemente passou a receber energia da CHESF.

A importância desta companhia e de sua intervenção na vida das populações e na economia nordestina é evidente, embora se torne necessário mostrar o que foi desenvolvido nos outros setores e os custos sociais destes investimentos e destas realizações.

O outro órgão que tem intensa atuação

no vale é a CODEVASF, sucessora da CVSF (Superintendência do Vale do São Francisco). Ela atua em vários setores, como educação, saúde, transporte, assistência à agricultura, etc. mas a sua atuação mais intensa se faz no setor referente à agropecuária, desenvolvendo sobretudo os chamados projetos agrícolas, ora dedicados à colonização, ora à implantação de empresas capitalistas, ora mistos. Para isto recebeu, após a sua criação — Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 —, para sua administração e responsabilidade, os projetos em execução, situados na bacia do São Francisco, até então sob a responsabilidade do DNOCS e da SUDENE, e passou a requerer a desapropriação de terras onde deveria implantar as estruturas necessárias ao desenvolvimento da irrigação. Hoje a CODEVASF administra 58 projetos nos vários estados que possuem terras na bacia do São Francisco, 25 dos quais se encontram em execução e 33 ainda em estudo e em implantação.

A Tabela 5 dá a distribuição geográfica das áreas de irrigação, com o número de projetos em execução e em implantação.

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DA CODEVASF

Área de Irrigação	Extensão (ha)	Número de Projetos		Total
		Em execução	Em implantação	
Três Marias	4.900	-	1	1
Jequitaí	10.000	1	2	3
Paracatu	10.000	4	2	6
Jaíba	30.000	4	2	6
Rio Corrente	9.000	1	4	5
Rio Grande	8.000	1	6	7
Irecê	15.815	2	1	3
Petrolina/Juazeiro	10.000	8	6	14
Bacia Leiteira	9.551	-	-	-
Várzeas irrigadas	3.888	4	9	13
Total	111.154	25	35	58

FONTE: CODEVASF - Inventário dos Projetos de Irrigação. 1982

Os beneficiários instalados nos projetos são classificados pela CODEVASF em três grupos: a - empresas agrícolas ou agroindustriais que recebem lotes geralmente de 300 a 3.000 ha; b - pequenos produtores que recebem lotes entre 20 e 50 ha, em média; c - colonos que recebem entre 4 e 10 ha. Esta política vai beneficiar as empresas que, em um total de 286.429 ha da área de colonização da CODEVASF, ocupavam em 1981 cerca de 201.966 ha, contra apenas 84.463 ha explorados por colonos. Es

sas empresas são quase sempre constituídas por firmas sediadas nos grandes centros urbanos, como a Agrovale, a Cicante, a Milano, ou empresários individuais. Em alguns casos a própria CODEVASF está associada a empresas, como a que possui a Usina Mandacaru, no projeto Tourão em Juazeiro.

O número de colonos assentados nos vários projetos é muito modesto, totalizando apenas 1.139 em 1982 (Tabela 6).

TABELA 6
COLONOS ASSENTADOS EM PROJETOS DA CODEVASF - 1982

Projeto	Número de Colonos
Gorutuba	80
Geraima	93
Piloto de Formoso	3
São Desidério	160
Barreiras do Sul	68
Bebedouro I	106
Mandacaru	50
Petrolândia	103
Propriá	271
Itiúba	130
Betume	75
Total	1.139

FONTE: CODEVASF - Inventário dos Projetos Irrigados, 1982.

Vê-se assim que atuando no Vale desde 1948, data da criação da CVDF, e através de suas sucessoras — SUVALE e CODEVASF — foram implantados apenas 33 projetos de colonização que beneficiaram tão somente 1.139 colonos, ou seja, uma média de 33,5 colonos/ano. Isto, em uma região como a nordestina em que há fortes tensões sociais no campo e onde os trabalhadores rurais vêm sendo expulsos da terra, em consequência de uma política generalizada de modernização da agropecuária. Política de modernização que, com o desenvolvimento do uso de máquinas agrícolas, com o uso intensivo de adubos e de inseticidas e com a disseminação de pastagens artificiais, resistentes à seca, vai se tornando cada vez mais poupadora de mão de obra. Enquanto isto, as grandes empresas se beneficiam das vantagens oferecidas pelo FINOR, dos subsídios nos empréstimos agrícolas, dos serviços dos vários órgãos governamentais e implantam e ampliam projetos agrícolas e agroindustriais, beneficiando-se ainda da mão de obra abundante, não qualificada, e conseqüentemente barata.

AS CONSEQUÊNCIAS ECOLÓGICAS E SOCIAIS DA POLÍTICA MODERNIZADORA

Inicialmente devem ser levantadas algumas questões: Quais os maiores beneficiados com a construção das barragens e com o crescimento da produção de energia? A população local ou os grandes grupos econômicos dos grandes centros urbanos do litoral? Quais os grupos sociais que recebem os maiores benefícios? O nível de vida da população do vale do São Francisco modificou-se para melhor ou para pior, após a intervenção modernizadora? Quais as ações desenvolvidas junto às populações locais para modificar, sem traumas, os seus hábitos e costumes? Quais as medidas tomadas pela grande empresa para minorar os problemas daquelas populações a serem atingidas diretamente pelas obras? Qual a participação das mesmas nas decisões que iam diretamente atingi-las e qual a opinião dessas populações, hoje, sobre a construção das obras?

O inquérito direto com a população e com técnicos que trabalharam nas obras, a observação local, a leitura dos jornais e revistas e a documentação existente no Relatório da CPI — Cheias do São Francisco — promovida pela Câmara dos Deputados, dão os parâmetros da questão ou das questões levantadas. Alguns depoimentos prestados à CPI são de uma importância extraordinária.

É claro que os maiores beneficiados da construção das barragens e crescimento da oferta de energia foram os

grupos econômicos que participaram da construção das mesmas — empreiteiras, vendedores de máquinas, de combustíveis, de peças, etc — e aqueles que se beneficiaram do consumo de energia elétrica barata e constante, para as suas atividades industriais, comerciais e agrícolas, assim como as empresas agrícolas e agroindustriais que obtiveram áreas nos projetos da CODEVASF. Nas grandes cidades também o grosso da população foi beneficiada, levando-se em conta o elevado percentual de consumo de energia elétrica residencial. Os grupos econômicos da área, ligados à indústria e ao comércio foram altamente beneficiados, face à elevação do consumo, conseqüente, não só dos pagamentos feitos pela empresa em suas compras menos especializadas, como pelo pagamento dos salários dos trabalhadores, salários estes que seriam gastos no comércio local. Assim, a preocupação maior da empresa foi para com as populações situadas nas áreas densamente povoadas, pois essas teriam um maior poder de pressão sobre os órgãos decisórios. O pessoal especializado, destinado às funções técnicas e administrativas, era, em sua maioria, recrutado fora da região; só a mão de obra não especializada é que poderia ser recrutada na própria área, mas mesmo assim, esta era quase sempre formada por migrantes de regiões vizinhas que sabiam da possibilidade de emprego.

A leitura da documentação e das informações reunidas pela CPI e as pesquisas locais nos levam a concluir que não houve melhoria das condições de vida da população local, sobretudo da população pobre. Em muitos casos até piorou, como se pode observar ao analisar a situação dos que viviam na área inundada pelo lago de Sobradinho. Eram mais de 70.000 pessoas que viviam nas margens e nas ilhas do São Francisco, dedicando-se à pequena criação de gado, à pecuária e à agricultura de subsistência, produzindo para o auto-sustento e vendendo os excedentes. A cheia do rio era, então, uma dádiva da natureza, de vez que ela inundava as terras agrícolas deixando aí, ao baixar as águas, a umidade e o húmus que fertilizava o solo. À proporção que as águas baixavam o agricultor, conhecido como "beiradeiro"⁵, semeava os produtos alimentícios e os ia colhendo à medida que produziam. Na cheia seguinte a cultura já havia sido toda colhida e o homem bendizia o rio que vinha de novo molhar e fertilizar as suas terras. Estes agricultores eram pequenos proprietários ou arrendatários, posseiros ou meeiros que viviam pobremente mas tinham onde viver e como se alimentar.

A CHESF entrou em ligação com outros órgãos, como a CODEVASF, o INCRA, a EMATERBA, etc. para estudarem a solu

ção a ser dada àquela população, apresentando a mesma três alternativas: a - a indenização pelo que possuíam e a saída para onde desejassem; b - a transferência para um projeto de colonização do INCRA na serra do Ramalho em Bom Jesus da Lapa, onde iriam cultivar lotes de sequeiro; c - a transferência para áreas de caatinga onde seriam construídas habitações e onde seriam dadas terras para cultura. Qualquer uma dessas alternativas era péssima para os pequenos agricultores. Os grandes, que receberam elevadas indenizações, poderiam comprar terras em outras áreas e recompor as suas vidas; os pequenos, ao aceitarem a primeira alternativa, migraram e logo gastaram o dinheiro recebido. Ao optarem pela segunda, tendo sido transferidos lentamente e em períodos impróprios ao início das culturas, se viram isoladas na serra e logo voltaram a procura de terras na beira do lago, e os outros foram transferidos para a caatinga, onde as condições de vida e de trabalho eram bem diversas das da beira do rio e localizados em povoações e vilas ainda não concluídas, alojados muitas vezes sob lonas ou debaixo de árvores, sem as mínimas condições de conforto e higiene. As povoações não tinham ainda água encanada, esgoto e luz, além de ficarem longe do rio. Lamaçais rodeavam as casas, impedindo quaisquer condições de conforto e de higiene, enquanto nas proximidades do lago se preservava mais de 18.000 ha de terras a irrigar - projeto Massangano - para colonos e empresas de outras áreas, sob a alegação de aqueles agricultores desalojados, em função da agricultura primitiva que faziam, não podiam se transformar em colonos. Como se as empresas não os pudessem preparar para isto. Quase todos esses transtornos foram provocados pela falta de um cronograma que correlacionasse o avanço das obras de construção da represa com a implantação dos colonos, as obras da barragem foram iniciadas em setembro de 1972 e o delineamento do Projeto da Serra do Ramalho só seria feito em 1975, quase três anos depois, e as primeiras trinta famílias só seriam transferidas para lá em maio de 1976. As indenizações propostas pela CHESF foram sempre muito inferiores ao valor das benfeitorias e muitas vezes os agricultores cediam sob ameaças e temendo o uso da violência. São aqueles que recorreram à justiça e tiveram meios de manter a questão por um longo período, ganharam a pendência e foram indenizados. As outras famílias foram levadas para a serra do Ramalho sem saber qual o preço e as condições de pagamento dos lotes que iriam receber.

A transferência para as novas sedes municipais foi também feita as pressões, quando as águas da barragem já es-

tavam subindo e as novas cidades, construídas em padrões arquitetônicos bem diversos, ainda não estavam concluídas. Para dar mais força à Companhia, os municípios cujas sedes iam ser transferidas foram considerados como áreas de segurança nacional e passaram a ter prefeitos nomeados, muitos deles sem qualquer vinculação com as comunidades.

Os agricultores que viviam no baixo São Francisco e se dedicavam à cultura de arroz inundado, nas lagoas marginais, trabalhando quase sempre como meeiros, foram prejudicados com a regularização do regime do rio, depois da construção das várias barragens. A inundação passou a ser menor e as lagoas marginais foram diminuindo, provocando a dispensa de braços por parte dos fazendeiros. Em seguida a CODEVASF desapropriaria grandes áreas com o fim de fazer obras de infraestrutura para a modernização agrícola, expulsando os agricultores, prometendo instalar parceliros, alguns anos depois, nas áreas desapropriadas. Isto provocou o desemprego de milhares de agricultores que tiveram de migrar para outros lugares, desorganizando a produção rizícola do baixo São Francisco. A igreja, que entrou em defesa dos agricultores, teve que enfrentar sérias lutas com a CODEVASF.

No médio São Francisco vários agricultores foram também desapropriados das áreas destinadas aos projetos de irrigação, transferindo-se para as cidades da região ou para São Paulo, onde se marginalizaram por falta de oportunidade de trabalho. E essas terras que antes cultivavam como posseiros ou meeiros foram transformadas em áreas de grandes e médias propriedades onde se cultiva melão, melancia, cana de açúcar, tomate uva, etc., sendo os antigos produtores utilizados como assalariados temporários, nos períodos de maior demanda de braços. Em nome do progresso, do desenvolvimento, da empresarialização da agricultura, se desapropriou o produtor tradicional, se tanejou para se colocar em seu lugar em presários de outras áreas que exploram os assalariados.

Levando-se em conta que a construção de grandes represas iria trazer sérias modificações ao regime do rio, não trataram as empresas de construir obras de proteção às cidades e povoações ribeirinhas, a fim de evitar que as mesmas fossem inundadas quando o reservatório tivesse que abrir as comportas e dar vazão a um maior volume d'água. Com a cheia de 1979, quando tiveram de reter um maior volume d'água em Sobradinho, a fim de construir os diques de defesa de Juazeiro, elevou-se o nível das águas entre Sobradinho e Três Marias,

destruindo as culturas e invadindo cidades como Xique-Xique. Para defender esta cidade de inundações futuras, foi construída uma elevada muralha que torna a cidade anti-estética e a priva dos ventos que sopram do rio e que a refrescavam nos meses quentes. Além disso, a represa, modificando a velocidade da água do rio, diminui a sua capacidade de transporte, fazendo com que nas ilhas situadas a montante de Sobradinho ele deposite, durante a inundação, grande quantidade de areia, em lugar do húmus, prejudicando as atividades agrícolas.

Além disso, construída a represa, não se teve o cuidado de fazer o desmatamento da área a ser inundada, ficando sob as águas uma grande massa vegetal, além de grande número de animais domésticos, uma vez que o gado bovino, suíno e caprino não pôde ser retirado por seus proprietários, devido a rápida elevação das águas e a ausência de um aviso com antecedência necessária assim como fossas e depósitos de lixo. A água do lago, em consequência, tornou-se por muito tempo suja e mal cheirosa, provocando, segundo informantes da CPI da Câmara dos Deputados, epidemias.

De qualquer forma é de estranhar que grandes transformações sejam provocadas na vida de milhares de pessoas sem que se comunique, com a antecedência necessária, a natureza dessas transformações, dos projetos a serem implantados, sem que se faça uma consulta sobre a opinião das pessoas para saber se concordam ou não com a realização das mesmas. Os projetos foram feitos longe da área, por pessoas alheias à mesma, sem consultar os interesses dos atingidos que foram considerados como objeto e não como sujeito do desenvolvimento, sendo obrigados a concordar com essas decisões, uma vez que se admitia que eram pessoas ignorantes e não sabiam o que queriam. Não tinham o direito de querer. Ainda mais, quando da realização das obras, os beneficiados não foram os habitantes da área, mas pessoas e empresas de outras áreas que se transferiram para lá, beneficiadas com grandes vantagens e com subsídios. Quando se orientou a atividade agrícola, os produtos a serem cultivados, não se levou em conta o abastecimento da região, mas os produtos mais rentáveis e que seriam consumidos nos grandes centros ou no exterior. Pensou-se em exportar frutos do sub-médio São Francisco para a Europa, esquecendo-se a necessidade de produzir milho, feijão, sorgo que serviriam para alimentar a população regional, culturas que deveriam ser produzidas na região, conforme sugestão da SUDENE em 1961, no

seu chamado projeto de Lei de Irrigação. Talvez que se outra tivesse sido a orientação dada às culturas irrigadas, a fome não estivesse atingindo com tanta intensidade ao Nordeste nesta seca que já se prolonga por cinco anos (1978/1983). As áreas irrigadas nas margens do São Francisco poderiam ser bem mais extensas do que as de hoje cultivadas; as técnicas de irrigação utilizadas poderiam ser menos sofisticadas, mais baratas e menos provedoras de salinização dos solos. A EMBRAPA, em seu Centro de Petrolina, vem realizando estudos para desenvolver técnicas de irrigação que se coadunem melhor com o nosso meio, que sejam mais simples e menos dispendiosas que as que são hoje usadas, técnicas importadas de outros países, onde as condições naturais são bem diversas das nossas.

Concluindo, admitimos que a política de intervenção do Estado na região do São Francisco deveria ser feita com um maior entrosamento entre os vários órgãos que aí atuam, deveria ser uma política globalizante, que levasse em conta os vários interesses da população e não criasse distinções; que estivesse voltada para o homem da região e não para beneficiar grupos estranhos que adquirem pequenas posses de terra e, usando o suborno e a violência, ampliam essas posses, vitimando trabalhadores locais. A área onde se situam poucas terras tituladas está se transformando no paraíso da grilagem e dos grileiros. É a ocasião de se utilizar de vários meios de comunicação, com a finalidade de conscientizar o povo dos seus direitos e dos seus deveres e de elevar o seu padrão cultural e econômico; é preciso orientar no sentido de que a agricultura seja feita com o maior respeito à preservação do meio natural, de forma e não depredar os recursos da natureza.

É a ocasião ainda de se discutir grandes temas como o da prioridade para o uso da água, visando a produção de energia ou a irrigação; a primazia do desenvolvimento agrícola ou do industrial ou ainda dos dois conjuntamente; a preferência para a construção de grandes barragens ou de numerosas pequenas barragens, de vez que esta tese vem sendo adotada cada vez mais por técnicos os mais conceituados e até adotada por órgãos governamentais; quais os tipos de cultura a serem intensificados, tanto nas áreas irrigadas como nas de sequeiro; até quando se deve utilizar a adubação, qual o destino dos resíduos industriais, etc.

Não se pode e não se deve esquecer porém é que toda a intervenção do Estado e todo o processo de moderniza

ção só tem legitimidade se for planejada para beneficiar o homem e com a participação do homem, porque os valores e as aspirações do povo sertanejo podem não coincidir com as aspirações e os valores dos técnicos que planejam e executam as intervenções, mas devem ser respeitados.

NOTAS

- 1 ANDRADE, Manuel Correia de - *Tradição e Mudança. A Organização do Espaço Rural e Urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*, pags. 100/101. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1983.
- 2 AGUIAR, João Paulo Maranhão de, em depoimento prestado a CPI da Câmara dos Deputados, realizada em 1981, dá importantes informações sobre a construção da obra e suas especificações. *Diário do Congresso Nacional*, Ano XXXVII, Suplemento A, nº 090. 1º de julho de 1982. pags. 54/104.
- 3 Relatório da CPI das Cheias, citado, pags. 154/155.
- 4 Depoimento do Dr. Eudes de Souza Leão Pinto na CPI das Cheias do São Francisco. Obra citada, pags. 303/329.
- 5 ANDRADE, Manuel Correia de - Obra citada. Pags. 79/89.
- 6 Depoimento na CPI - Cheia do São Francisco - de D. José Rodrigues de Souza. pags. 261/303.
- 7 Depoimento na CPI - Cheia do São Francisco - de José Francisco da Silva, pag. 150 e de D. José Brândão de Castro, Bispo de Propriá, pags.

ABSTRACT

The author studies the social and ecological consequences of the construction of dams in the São Francisco river (Northeast Brazil). Beginning with a historical review about energy policies ANDRADE analyses the effects of the recent actuation of regional development companies like CVSF, CHESF and CODEVASF.

The author presents also some aspects of the irrigation policy of these companies, studying these problems in the context of the modernization of agriculture in semi-arid regions.

The article finishes with conclusions about the social transformations and the following social conflicts in the region.